

IMPLANTAÇÃO DE UMA SALA DE VACINAÇÃO DENTRO DE UMA FARMÁCIA

IMPLEMENTATION OF A VACCINATION ROOM IN A PHARMACY

LA IMPLEMENTACIÓN DE UNA SALA DE VACUNACIÓN EN UNA FARMACIA

Elaine Cristina Gaia de Sousa¹
Anthony Hudson dos Santos Santana²
Fernando Aguiar Silva³
Orlando José Palheta Campos⁴
Andressa Santa Brigida da Silva⁵
Bruno Gonçalves Pinheiro⁶
Bruno José Martins da Silva⁷
Taís Vanessa Gabbay Alves⁸

RESUMO: Esse estudo tem como objetivo realizar um levantamento de todos os documentos, espaço e condições necessárias para a implantação de uma sala de vacinação dentro de uma farmácia, assegurando que os procedimentos sejam realizados de acordo com as normas vigentes, garantindo a segurança e a eficácia do serviço prestado. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa documental utilizando bases de dados científicas e documentos oficiais para analisar legislações, normativas e melhores práticas relacionadas à vacinação em farmácias. A coleta de dados incluiu artigos científicos, publicados nos últimos cinco anos, assim como normas técnicas, resoluções e legislações em vigência sobre o assunto. Como resultado do estudo foi realizado o mapeamento detalhado da documentação necessária, a elaboração de um guia orientativo, a implementação de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), e a definição das responsabilidades dos farmacêuticos, visando a segurança e eficácia dos serviços de vacinação. Em conclusão, a padronização é essencial para garantir que as vacinas sejam administradas corretamente, este trata-se de uma ferramenta indispensável para garantir a proteção da saúde pública, proporcionando um sistema de vacinação bem estruturado, seguro e acessível.

4271

Palavras-chave: Salas de vacinação. Documentação. Farmácia. Farmacêutico.

ABSTRACT: This study aims to survey all the documents, space, and conditions required to set up a vaccination room in a pharmacy, ensuring that procedures are carried out according to current regulations and guaranteeing the safety and effectiveness of the service provided. The methodology adopted consisted of documentary research using scientific databases and official documents to analyze legislation, regulations, and best practices related to vaccination in pharmacies. Data collection included scientific articles published in the last five years and technical standards, resolutions, and legislation in force on the subject. The result of the study was a detailed mapping of the necessary documentation, the drafting of a guideline, the implementation of Standard Operating Procedures (SOPs), and the

¹Farmacêutica. Egressa do curso de Farmácia da Universidade da Amazônia (UNAMA). Ananindeua. Pará. Brasil.

²Farmacêutico. Egresso do curso de Farmácia da Universidade da Amazônia (UNAMA). Ananindeua. Pará. Brasil.

³Acadêmico do curso de Farmácia da Universidade da Amazônia (UNAMA). Ananindeua. Pará. Brasil.

⁴Farmacêutico-Bioquímico pela UFPA. Pós-graduado em Gestão Estratégica de Farmácias e Drogarias. Mestrando em Gestão Empresarial.

⁵Farmacêutica. Doutora em Inovação Farmacêutica pela UFPA. Docente da Universidade da Amazônia (UNAMA). Ananindeua. Pará. Brasil.

⁶Farmacêutico. Doutor em Neurociências e Biologia Celular pela UFPA. Docente da Universidade da Amazônia (UNAMA). Ananindeua. Pará. Brasil.

⁷Biomédico. Doutor em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários pela UFPA. Docente da Universidade da Amazônia (UNAMA). Ananindeua. Pará. Brasil.

⁸Farmacêutica. Doutora em Inovação Farmacêutica pela UFPA. Docente da Universidade da Amazônia (UNAMA). Ananindeua. Pará. Brasil.

definition of pharmacists' responsibilities, with a view to the safety and effectiveness of vaccination services. In conclusion, standardization is essential to ensure that vaccines are administered correctly. It is indispensable for guaranteeing public health protection and providing a well-structured, safe, and accessible vaccination system.

Keywords: Vaccination rooms. Documentation. Pharmacy. Pharmacist.

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo relevar todos los documentos, espacio y condiciones requeridas para habilitar una sala de vacunación en una farmacia, asegurando que los procedimientos se realicen de acuerdo a la normativa vigente y garantizando la seguridad y eficacia del servicio brindado. La metodología adoptada consistió en una investigación documental utilizando bases de datos científicas y documentos oficiales para analizar la legislación, normativa y mejores prácticas relacionadas con la vacunación en farmacias. La recolección de datos incluyó artículos científicos publicados en los últimos cinco años y normas técnicas, resoluciones y legislación vigente en la materia. El resultado del estudio fue un mapeo detallado de la documentación necesaria, la redacción de una directriz, la implementación de procedimientos operativos estándar (SOP) y la definición de las responsabilidades de los farmacéuticos, con vistas a la seguridad y eficacia de los servicios de vacunación. En conclusión, la estandarización es fundamental para garantizar que las vacunas se administren correctamente. Es indispensable para garantizar la protección de la salud pública y proporcionar un sistema de vacunación bien estructurado, seguro y accesible.

Palabras clave: Salas de vacunación. Documentación. Farmacia. Farmacéutico.

INTRODUÇÃO

A integração de serviços de saúde em redes de farmácias tem ganhado destaque em diversos países, incluindo o Brasil. Uma mudança ocorreu com a promulgação da Lei 13.021/14, que transformou farmácias e drogarias de simples pontos de comércio de medicamentos em estabelecimentos de saúde. Esta legislação abriu caminho para a introdução de serviços clínicos, incluindo a vacinação, que é permitida desde que haja a presença contínua de um farmacêutico durante o expediente (BRASIL, 2014).

Este avanço legislativo está em consonância com as diretrizes globais de saúde pública que buscam ampliar o acesso da população a intervenções preventivas cruciais, como a imunização. A imunização é reconhecida mundialmente como uma das intervenções de saúde pública mais custo-efetivas, capaz de prevenir doenças, mortes e evitar a disseminação de patógenos contagiosos. A estratégia de permitir a vacinação em farmácias visa facilitar o acesso a este serviço essencial, tornando-o mais conveniente para a população em geral (BARBOSA, 2019).

Adicionalmente, a Resolução do Conselho Federal de Farmácia (CFF) nº 654/18 regulamentou essa prática ao detalhar as responsabilidades do farmacêutico e as condições técnicas necessárias para que as farmácias pudessem administrar vacinas de forma segura. Essa

resolução assegura que o serviço seja realizado por profissionais qualificados e em um ambiente que atenda aos requisitos sanitários e técnicos exigidos (CFF, 2018).

No entanto, apesar das claras vantagens dessa integração, existem desafios relacionados à implementação efetiva de salas de vacinação em farmácias. Estes desafios incluem a necessidade de adaptações físicas e logísticas dos estabelecimentos, a formação e capacitação contínua dos farmacêuticos, e a adequação às normativas locais de vigilância sanitária (MENDES, 2019).

Além disso, a prática também envolve desafios relacionados à aceitação por parte do público e dos próprios profissionais de saúde. A confiança na competência técnica dos farmacêuticos para administrar vacinas é crucial, e programas de educação e conscientização são necessários para reforçar o papel do farmacêutico como profissional de saúde (CARVALHO, 2020). Diante disso, esse estudo tem como escopo construir um guia com a documentação necessária para implementar salas de vacinação em drogarias, a fim de assegurar que os procedimentos sejam realizados de acordo com as normas vigentes, garantindo a segurança e a eficácia do serviço prestado.

MÉTODOS

Tipo de Estudo

4273

Este estudo trata-se de uma pesquisa documental, do tipo narrativa e qualitativa com o objetivo principal de identificar e discutir a documentação necessária para a implementação de salas de vacinação em drogarias. A revisão abrange a legislação vigente e as normativas aplicáveis para as melhores práticas para gestão e operação do ambiente da sala de vacinação em farmácias.

Estratégia de Busca

A pesquisa foi realizada nas bases de dados científicas PubMed, SciELO e Google Scholar, além de documentos oficiais de órgãos reguladores, como Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Conselho Federal de Farmácia (CFF). Foram utilizados os descritores: "vacinação em farmácias", "legislação farmacêutica", "procedimentos operacionais padrão", "RDC 197/2017" e "Resolução CFF 654/18".

Critérios de Inclusão e Exclusão

Foram incluídos artigos científicos em português publicados nos últimos cinco anos, relacionados à implementação de salas de vacinação em farmácias. Bem como normas técnicas, resoluções e legislações relacionados ao assunto publicadas nos últimos dez anos. Documentos sem texto completo, em outro idioma diferente do português, teses, dissertações e resumos foram excluídos.

Coleta e Análise de Dados

A coleta de dados foi organizada em uma matriz de análise, extraindo informações sobre a documentação necessária para a legalização infraestrutura adequada para a implementação da sala de vacinação e serviços que possam ser oferecidos pelo farmacêutico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A integração de salas de vacinação em farmácias, reforçada pela Lei 13.021/14, destaca a função dos farmacêuticos como agentes de saúde. Esta legislação foi um marco que permitiu a expansão do papel desses profissionais, possibilitando que farmácias se tornassem locais de prestação de serviços preventivos. As regulamentações apresentadas, como a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Anvisa nº 197/2017 e a Resolução CFF nº 654/18, consolidam os procedimentos técnicos e éticos que norteiam a prática de vacinação no ambiente farmacêutico, assegurando um padrão de qualidade e segurança para os usuários (BRASIL, 2014; 2017; CFF, 2018).

4274

Para a implantação de uma sala de vacinação dentro de uma farmácia, é essencial compreender a documentação necessária (Quadro 1) para assegurar a legalização e operação adequada.

Quadro 1. Documentação para implantação de uma sala de vacinação em uma farmácia.

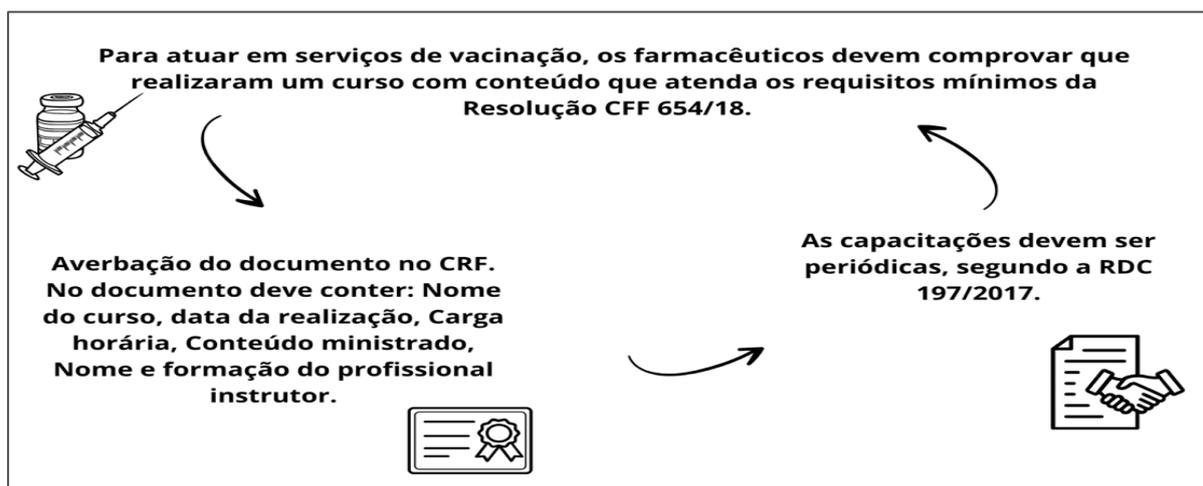
Documento	Descrição
Cartão de CNPJ com o CNAE 4771701	Essencial para a legalização de uma drogaria, especificando "Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas". Garante que a empresa opere dentro das regulamentações comerciais estabelecidas, facilitando o cumprimento de requisitos legais e fiscais.
Certificado de Regularidade Técnica (CRT) do CRF	Atesta a conformidade da drogaria com as normas técnicas e éticas estabelecidas pelo CRF. Verifica se os procedimentos farmacêuticos são realizados em conformidade com as normas vigentes e garante que os profissionais são qualificados e registrados.

Documento	Descrição
Autorização de Funcionamento (AFE) emitida pela Anvisa	Necessária para que a drogaria possa incorporar serviços farmacêuticos como a administração de vacinas, assegurando atividades supervisionadas por farmacêuticos qualificados e em conformidade com padrões de segurança e qualidade.
Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)	Indispensável para entidades que prestem serviços de saúde, permitindo a troca de dados entre entidades de saúde pública e privada, facilitando a coordenação de cuidados e gestão de serviços de saúde.
Licença Sanitária específica para uma clínica farmacêutica	Certifica que o estabelecimento atende aos requisitos sanitários exigidos para o funcionamento seguro de atividades de saúde, incluindo manipulação e administração de vacinas.
Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS)	Estabelece diretrizes para o gerenciamento adequado dos resíduos gerados pelas atividades de saúde, garantindo manejo seguro e sustentável, minimizando riscos à saúde pública e ao meio ambiente.
Procedimentos Operacionais Padrão (POP's)	Padroniza as atividades realizadas na sala de vacinação, descrevendo detalhadamente cada passo, desde o recebimento e armazenamento das vacinas até a administração e registro, assegurando procedimentos consistentes e seguros.
Manual de Boas Práticas para Sala de Vacinação	Compila todas as diretrizes e normas de boas práticas para a operação de uma sala de vacinação, abrangendo higiene, organização, manejo adequado das vacinas e interação com os pacientes.
Habilitação do farmacêutico para administrar vacinas	Assegura que o farmacêutico possui o treinamento necessário para realizar procedimentos de vacinação, comprovando a capacitação específica e garantindo a segurança do paciente e a eficácia das vacinas.

Fonte: BRASIL, 2014; 2017; CFF, 2018.

A partir do levantamento da documentação necessária, é obrigatório a comprovação de capacitação do profissional farmacêutico para exercer os serviços de vacinação (Figura 1).

Figura 1. Capacitações necessárias para que o farmacêutico exerça os serviços de vacinação.



Um dos pilares para a implantação da sala de vacinação é sua infraestrutura (Quadro 2). Uma sala não exclusiva de vacinação, o espaço inadequado ou improvisado, ausência de protocolos operacionais padrão, a não informatização dos registros vacinais anteriores, a falta de atualização do profissional e/ou educação permanente podem ser cruciais para que o processo de vacinação tenha baixa segurança (Barboza et al., 2022).

A infraestrutura inadequada, pode ser decisório para que o processo de higienização antes do procedimento e a não alimentação do sistema de informação do programa nacional de vacinação possa acontecer. Conseqüentemente, resulta em um risco a saúde ao usuário (Teixeira et al., 2021).

Quadro 2. Infraestrutura necessária para a implantação de uma sala de vacinação.

Infraestrutura
I. Área de recepção dimensionada de acordo com a demanda e separada da sala de vacinação.
II. Sanitário; e
III. Sala de vacinação (6m ²), que deve conter, no mínimo: a) Pia para lavagem; b) Bancada; c) Mesa; d) Cadeira (s); e) Caixa térmica de fácil higienização; f) Equipamento de refrigeração exclusivo para guarda e conservação de vacinas, com termômetro de momento com máxima e mínima; g) Local para guarda dos materiais para administração das vacinas; h) Recipientes para descarte de materiais perfurocortantes e resíduos biológicos; i) Maca; e j) Termômetro de momento, com máxima e mínima, com cabos externos para as caixas térmicas.

Fonte: Brasil 2002; 2017.

Os procedimentos clínicos legais que o farmacêutico pode realizar em uma sala de vacinação, e as atribuições do farmacêutico nos serviços de vacinação (Quadro 3) são pertinentes para o profissional realizar procedimentos que possam promover a saúde do usuário. Diversos problemas acontecem com frequência na organização da sala de vacinação que podem afetar a segurança do processo, tais como: falha no monitoramento da temperatura, perdas de doses vacinais, temperatura inadequada para conservação as vacinas, acolhimento e orientações inadequadas aos usuários (Barboza et al., 2022)⁷.

4276

Quadro 3. Procedimentos clínicos legais e atribuições que o farmacêutico pode realizar em uma sala de vacinação.

Procedimentos clínicos legais	Atribuições do farmacêutico
Venda e orientação sobre medicamentos	Elaborar Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) relacionados à prestação do serviço de vacinação
Aplicação de vacinas e medicamentos	Notificar ao sistema de notificações da Anvisa, ou outro que venha a substituí-lo, a ocorrência de incidentes, eventos adversos pós-vacinação (EAPV) e queixas técnicas (QT), relacionados à utilização de vacinas, investigando eventuais falhas relacionadas em seu gerenciamento de tecnologias e processos
Medição e monitoramento de pressão arterial, glicemia capilar e temperatura	Fornecer ao paciente/usuário a declaração do serviço prestado, nos termos da legislação vigente

Realização de curativos	Registrar as informações referentes às vacinas aplicadas no cartão de vacinação do paciente/usuário, no sistema de informação definido pelo Ministério da Saúde e no prontuário individual do paciente/usuário
Perfuração de lóbulo auricular	Enviar à Secretaria Municipal de Saúde, mensalmente, as doses administradas segundo modelos padronizados no Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SIPNI) ou outro que venha a substituí-lo
Conciliação de medicamentos	Utilizar, preferencialmente, um sistema informatizado como o REGISTRE do Conselho Federal de Farmácia ou outro que venha a substituí-lo
Monitorização terapêutica e revisão da farmacoterapia	Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) relacionado à prestação do serviço de vacinação
Revisão da farmacoterapia	

Fonte: CFF, 2013; 2018.

O preenchimento adequado do cartão de vacinação (Figura 2) tanto impresso como de forma virtual visa garantir a segurança do paciente. A instrumentalização do processo vacinal, apresenta com muita frequência a falta de adesão ao registro correto de todos os itens constantes no cartão de vacinação, como por exemplo nome, data e lote da vacina administrada, a via de administração, local e materiais utilizados. Tais medidas podem influenciar na melhor tratativa em relação a aspectos pós-vacinais como notificações de eventos adversos (Teixeira et al., 2021).

Figura 2. Modelo de cartão de vacinação

Nome: _____				Data de nascimento: _____/_____/_____
VACINAS ADMINISTRADAS				ORIENTAÇÕES/REGISTRO DE EVENTOS
Vacina:	Vacina:	Vacina:	Vacina:	
Fabricante:	Fabricante:	Fabricante:	Fabricante:	
Lote:	Lote:	Lote:	Lote:	
Validade:	Validade:	Validade:	Validade:	
Local adm.:	Local adm.:	Local adm.:	Local adm.:	
Lado:	Lado:	Lado:	Lado:	
Via de adm.:	Via de adm.:	Via de adm.:	Via de adm.:	
Est. saúde:	Est. saúde:	Est. saúde:	Est. saúde:	
Data:	Data:	Data:	Data:	Data:
Ass.:	Ass.:	Ass.:	Ass.:	Ass.:
Vacina:	Vacina:	Vacina:	Vacina:	
Fabricante:	Fabricante:	Fabricante:	Fabricante:	
Lote:	Lote:	Lote:	Lote:	
Validade:	Validade:	Validade:	Validade:	
Local adm.:	Local adm.:	Local adm.:	Local adm.:	
Lado:	Lado:	Lado:	Lado:	
Via de adm.:	Via de adm.:	Via de adm.:	Via de adm.:	
Est. saúde:	Est. saúde:	Est. saúde:	Est. saúde:	
Data:	Data:	Data:	Data:	Data:

Fonte: Autores, 2024.

O uso de aplicativos para registros da cobertura vacinal trata-se de uma abordagem segura para o monitoramento do processo vacinal. Uma vez que torna possível a sincronização com o sistema nacional de vacinação, e evitar assim a inclusão de uma vacina já feita pelo paciente (Lopes et al., 2019).

Além da instrumentalização do processo vacinal, ainda se observa a falta de adesão ao registro correto de todos os itens constantes no cartão de vacinação, como por exemplo nome, data e lote da vacina administrada, a via de administração, local e materiais utilizados. Tais medidas podem influenciar na melhor tratativa em relação a aspectos pós-vacinais como notificações de eventos adversos (Teixeira et al., 2021).

Um fator preocupante no processo de monitorização vacinal trata-se das mudanças constantes do calendário vacinal. Sabe-se que existem necessidades distintas conforme região e tipo de paciente, nesse contexto, o ministério da saúde vem adotando condutas para aumento dos grupos prioritários e ajuste sazonal. Entretanto, é fundamental que as campanhas educativas sejam realizadas com constância, assim como, que seja ampliado o número de estabelecimentos que ofertam o serviço de vacinação para que a precisão do processo de imunização consiga abranger toda ou a maior parte da população em específico (Martins et al., 2021).

O processo de educação permanente faz com que o profissional reduza as falhas durante o processo vacinal e aumente a segurança em saúde do usuário. Sendo possível este ter tratativas seguras como data de retorno e orientações sobre possíveis eventos adversos (Teixeira et al., 2021).

4278

CONCLUSÃO

Todo o conhecimento estruturado de como deve ser a implantação de uma sala de vacinação é de extrema importância para garantir que os processos sejam realizados com segurança, eficiência e de acordo com os padrões de qualidade. Os documentos, instruções essenciais sobre a escolha do local, a organização do espaço, os materiais necessários e as práticas de higiene e segurança são fundamentais para o controle adequado das vacinas e o atendimento cuidadoso aos pacientes.

Realizar este levantamento dá base os profissionais de saúde para implantem salas de vacinação de maneira padronizada, reduzindo riscos de erros e promovendo um ambiente seguro e confiável para a imunização. Essa padronização é essencial para garantir que as vacinas sejam administradas corretamente e que a população tenha acesso a um atendimento de alta

qualidade. Em suma, este trata-se de uma ferramenta indispensável para garantir a proteção da saúde pública, proporcionando um sistema de vacinação bem estruturado, seguro e acessível.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, LT; SILVEIRA, MP; FONSECA, AL Aspectos regulatórios e melhorias nas salas de vacinação em farmácias. **Revista Brasileira de Farmácia** , v. 3, pág. 245-255, 2021.

BARBOZA, JSA; SALES, MLH; VERAS, JDN; NAGLIATE, PC; RODRIGUES, APRQ; OLIVEIRA, AS; FONSECA, ECM. Cuidado seguro ao paciente em sala de vacina: uma revisão de escopo. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, e42611729250, 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo Metodológico** . São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETT, MJ; THOMPSON,SL; JENNINGS, PR Evolução do papel das farmácias como centros de saúde comunitários. **Revista de Gestão Comunitária de Saúde** , v. 1, pág. 15-22, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Define o Art. 6º as farmácias como estabelecimentos de saúde e dão outras providências. **Diário Oficial da União** , Brasília, DF, há 11 anos. 2014.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 197, de 26 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana e dá outras exceções. **Diário Oficial da União** , Brasília, DF, 27 dez. 2017.

CARVALHO, PR; MENDES, AJ; LOPES, FJ Descentralização dos serviços de saúde por meio da vacinação em farmácias. **Revista de Saúde Pública do Brasil** , v. 2, pág. 310-319, 2020.

CHENG, L.; WONG, H.; NGUYEN, T. Expansão global do escopo de prática farmacêutica para incluir a vacinação. **Revista Internacional de Prática Farmacêutica** , v. 4, pág. 981-989, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução nº 654, de 22 de março de 2018. Dispõe sobre as atribuições das clínicas farmacêuticas e dá outras providências, incluindo a administração de vacinas. **Diário Oficial da União** , Brasília, DF, 23 mar. 2018.

COOPER, H. **Síntese de pesquisa e meta-análise: uma abordagem passo a passo** . 4. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2010.

COSTA, FM; ALVES, R.P.; SANTOS, JB Formação e capacitação de farmacêuticos para administração de vacinas. **Anais da Academia Brasileira de Ciências Farmacêuticas** , v. 2, pág. 109-116, 2019.

COSTA, M.; RODRIGUES, L.; PEREIRA, F. O papel do farmacêutico na administração de vacinas: normas e práticas. **Revista de Políticas de Saúde e Farmácia** , v. 3, pág. 234-242, 2021.

CRESWELL, JW **Design de pesquisa: abordagens de métodos qualitativos, quantitativos e mistos** . 4. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2014.

- DIXON, S.; TOMÁS, C.; LEWIS, K. Impacto das legislações sobre a prática farmacêutica e a adesão às campanhas de vacinação. **Revista de Farmácia e Ciências Farmacêuticas**, v. 1, pág. 50-58, 2022.
- FERNANDES, LC; SOUSA, AP; MIRANDA, PM Capacitação farmacêutica em imunização: uma necessidade crescente. **Revista de Educação Continuada em Farmácia**, v. 2, pág. 88-93, 2019.
- FINK, A. **Conduzindo revisões de literatura de pesquisa: da Internet ao papel**. 5. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2019.
- FLEMING, AS; JOHNSON, SENHOR; WILKINS, TE Legislação e acesso à vacinação em farmácias: uma análise de impacto. **Vigilância de Políticas de Saúde**, v. 1, pág. 112-120, 2019.
- LIMA, EF; GARCIA, R.; NAVARRO, K. Requisitos da RDC Anvisa nº 197/2017 para farmácias que oferecem vacinação. **Boletim de Farmacologia e Terapêutica**, v. 4, pág. 421-430, 2018.
- MACHADO, R.; SILVA, J.; LOPEZ, F. Procedimentos operacionais padrão em salas de vacinação farmacêutica. **Revista de Gestão e Operações de Saúde**, v. 3, pág. 165-174, 2020.
- MARTINS, JRT; DUARTE, DC; VIEGAS SMF. Educação permanente em saúde: Marcos históricos e implicações na atenção primária e sala de vacinação, in: *Enfermagem: Desafios e perspectivas para a integralidade do cuidado*. Editora científica digital, pag. 137-152, 2021. DOI: 10.37885/210504641
- MENDES, A.; FERREIRA, B.; SANTOS, C. A Lei 13.021/14 e a transformação das farmácias brasileiras em estabelecimentos de saúde. **Revista Brasileira de Direito Sanitário**, v. 2, pág. 134-146, 2019.
- MOREIRA, J.; LOPES, M.; CASTRO, S. Estrutura e segurança nas salas de vacinação de farmácias. **Revista de Saúde Ambiental**, v. 1, pág. 55-62, 2019.
- NUNES, T.; MARTINS, V.; ALVES, L. Desafios na implementação da Lei 13.021/14 nas farmácias brasileiras. **Revista de Administração em Saúde**, v. 3, pág. 78-85, 2022.
- PEREIRA, R.; SOUZA, D.; LIMA, F. Documentação e rastreabilidade em serviços de vacinação em farmácias. **Revista de Farmácia Clínica e Hospitalar**, v. 1, pág. 20-28, 2022.
- ROCHA, TJ; SILVA, E.; MONTEIRO, P. Contribuições da vacinação em farmácias para a cobertura vacinal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 1, pág. 15-23, 2021.
- SANTOS, J.; OLIVEIRA, M.; FERNANDEZ, P. A nova classificação das farmácias no Brasil: uma revisão crítica. **Revista de Política e Legislação Farmacêutica**, v. 4, pág. 256-264, 2018.
- SILVA, E.; GOMES, R.; BARROS, A. Gestão da cadeia de frio para vacinas em farmácias. **Revista de Logística e Cadeia de Suprimentos**, v. 2, pág. 142-150, 2021.
- SILVEIRA, M.; COSTA, J.; LOPES, S. Impacto da Resolução CFF nº 654/18 na prática de vacinação pelos farmacêuticos. **Revista Pharma Innovations**, v. 1, pág. 34-42, 2022.

TEIXEIRA, TBC; RAPONI, MBG; FELIX, MMS; FERREIRA, LA; BARICHELLO, E; BARBOSA, MH. Avaliação da segurança do paciente na sala de vacinação. **Texto e contexto enfermagem**, v. 30, e:20200126, 2021.

WATSON, R.; THOMPSON, G.; LIU, F. Educação em vacinologia para farmacêuticos: tendências e desafios. **Jornal Global de Educação em Farmácia**, v. 3, pág. 188-194, 2021.